

DOCUMENTO DE REFLEXÃO DA PRESIDÊNCIA GREGA

A. Quadro – Desafios para a Europa

A Grécia assume a Presidência do Conselho da UE num período de transição crítico para a Europa. A crise financeira impôs a adoção de políticas fiscais restritivas a fim de serem superadas as deficiências estruturais na arquitetura da UEM, preservar a estabilidade financeira e iniciar o retorno gradual às finanças públicas sustentáveis. No entanto, a extensão e a intensidade da crise, bem como os níveis da recessão e do desemprego que se seguiram, abalaram a confiança de uma parte significativa dos cidadãos europeus nas instituições europeias e na sua capacidade de elaborar e implementar políticas económicas credíveis e prudentes, focadas em estimular o crescimento, tendo como objetivo a recuperação económica, a prosperidade e níveis elevados de emprego. Ao mesmo tempo, a imposição de políticas de disciplina fiscal rigorosa teve um forte impacto sobre a coesão social, em particular nos países que sofreram diretamente as consequências da crise.

Neste ponto de viragem importante, o grande desafio para a União Europeia é promover o crescimento, a competitividade e o emprego, e garantir a estabilidade e prosperidade para todos. A fim de alcançar esse objetivo, a UE deve, em primeiro lugar, reafirmar a sua missão no coração e na mente dos seus cidadãos. A Europa é hoje chamada a salvaguardar a estabilidade financeira através do aprofundamento da UEM, promover políticas de estímulo ao crescimento que visem combater o desemprego, mediante, entre outros, o reforço das sinergias entre a migração e o crescimento, e restaurar a liquidez e a capacidade creditícia da economia real, especialmente a das pequenas e médias empresas. Em suma, a promoção de políticas e ações destinadas ao crescimento, o combate ao desemprego, a promoção da coesão económica e social e das reformas estruturais, o aprofundamento da integração e da integração da UEM, bem como enfrentar os desafios externos, incluindo o do alargamento da UE, constituem as prioridades da Presidência Grega.

A realização de eleições para a nomeação dos novos membros do Parlamento Europeu, durante o primeiro semestre de 2014, constitui um fator adicional que define o quadro desta Presidência.

B. Princípios Básicos – Objetivos da Presidência Grega

Os princípios básicos que orientarão os trabalhos da Presidência poderão ser resumidos conforme se segue:

1. Reforço do envolvimento da sociedade e dos cidadãos com a União Europeia, através de políticas e ações que respondam aos problemas quotidianos, às preocupações e às inseguranças dos cidadãos. Os nossos esforços serão focados nas áreas da recuperação económica, do emprego, da coesão, da mobilidade dos cidadãos e da segurança da União Europeia, tanto interna como externa. O objetivo final é a evolução da União para uma comunidade de valores comuns e de «destino comum» para todos os seus cidadãos, preservando e reforçando, ao mesmo tempo, o modelo económico e social europeu.
2. Aprofundamento da União, e, especialmente, da UEM, através da promoção de políticas e ações que visem reparar as deficiências estruturais na arquitetura da zona euro, reveladas pela crise recente. Neste contexto, manter a integridade da moeda única em base sólida e sustentável, e preservar a estabilidade financeira continua a ser o objetivo. O aprofundamento da UEM será realizado com pleno respeito ao Mercado Único através de um processo aberto a todos os países não-membros da zona euro.
3. Reforço da legitimidade democrática e da responsabilização da União Europeia e dos laços de coletividade e solidariedade entre os Estados-Membros, bem como estruturação gradual da democracia Europeia e ampliação dos direitos dos cidadãos.

C. Ações da Presidência Grega

1. Crescimento – Emprego – Coesão

Numa altura em que o desemprego tem atingido níveis inaceitavelmente elevados em vários Estados-Membros, afetando em particular os jovens, e com a recessão a constituir uma ameaça constante para as economias europeias, o crescimento é uma questão de primordial importância para a Presidência grega. O crescimento afeta a economia e promove a coesão social e a estabilidade política da União de diversas formas. No que respeita à Grécia, o crescimento e o emprego são inseparáveis e estruturalmente ligados. Neste contexto, as iniciativas e as ações a nível europeu para inverter as tendências negativas no emprego e estimular a criação de novos postos de trabalho são absolutamente necessárias para evitar o risco de um "crescimento sem emprego".

Conseguir a analogia certa entre a consolidação orçamental e as políticas de estímulo ao crescimento (em pleno alinhamento com os requisitos da Estratégia «Europa 2020») constitui o catalisador para alcançar a coesão necessária entre as políticas económicas nacionais e, por conseguinte, entre as sociedades europeias. Esta coesão constitui a pedra angular para um maior aprofundamento da UE, que é a segunda prioridade da Presidência Grega.

O objetivo fulcral é o regresso às finanças públicas sustentáveis, promovendo ao mesmo tempo políticas que estimulem o crescimento e a criação de postos de trabalho. Tal poderia ser conseguido através da implementação reforçada do Pacto para o Crescimento e o Emprego, da focagem no emprego e do melhoramento das condições de acesso ao financiamento por parte das pequenas e médias empresas (PME) através da priorização, entre outros, da implementação do Programa de Investimento do Banco Europeu de Investimento (BEI) e da Comissão Europeia.

O Banco Europeu de Investimento poderá desempenhar um papel importante no que respeita aos projetos de intensificação do emprego (p.ex. programas direcionados às PME, infraestruturas básicas, energia e clima), com o apoio e a confiança do Banco Central Europeu.

A Presidência Grega saúda o novo mandato do BEI para o Fundo Europeu de Investimento num valor até 4 mil milhões de euros e irá apoiar a Comissão e o BEI nos seus esforços para reforçar ainda mais a capacidade do Fundo de aumentar o seu capital, com o propósito de atingir um acordo definitivo até ao mês de Maio de 2014.

A Presidência Grega irá explorar ainda mais todas as formas possíveis de aumento do financiamento da economia real, especialmente das PME, promovendo o debate sobre o financiamento do crescimento, incluindo as fontes alternativas de financiamento a longo prazo.

Em todo caso, seria essencial dar início ao diálogo sobre aquelas áreas temáticas específicas que oferecem grandes possibilidades de crescimento e, ao mesmo tempo, a criação de novos postos de trabalho, tais como a inovação, os serviços dirigidos às empresas, os transportes, a navegação e o turismo.

A avaliação intercalar da Estratégia «Europa 2020», que terá início durante o Conselho Europeu da Primavera de 2014, constitui um quadro pertinente e oferece a oportunidade para tomar iniciativas concretas. Um primeiro passo na direção certa, embora não suficiente, foi dado no Conselho Europeu realizado em Junho de 2013, onde se decidiu, ao mesmo tempo, reforçar os esforços para o combate ao desemprego dos jovens, assim como a iniciativa conjunta do Banco Europeu de Investimento e da Comissão Europeia, intitulado «Investment Plan», referente ao financiamento das PME, que constituem os principais empregadores da economia europeia.

2. Aprofundamento – Integração da Zona Euro/UEM

O aprofundamento da nova arquitetura da UEM, a restauração da liquidez financeira e a retoma do crescimento permanecerão, de facto, as prioridades das futuras Presidências rotativas da UE, incluindo da (Presidência) grega. É necessário desenvolver plenamente as referidas prioridades, respeitando, ao mesmo tempo, a integridade do Mercado Único.

Neste contexto, será dada ênfase à promoção dos seguintes componentes desta arquitetura:

- a) Promoção da União Bancária mediante a adoção do texto legislativo-base do Regulamento sobre o Mecanismo Único de Resolução (MUR), antes do termo do mandato em curso do Parlamento Europeu.
- b) Progresso complementar relativamente à implementação eficaz e a uma maior integração dos novos mecanismos de governação económica da União/ Zona euro, a fim de serem reforçadas as sinergias entre os Estados-Membros de forma favorável ao crescimento e ao emprego, incluindo a promoção de debates sobre o estabelecimento de Parcerias para o Crescimento, o Emprego e a Competitividade.
- c) Tentaremos colocar os alicerces para uma UEM próspera, com boa coordenação das políticas nacionais e o equilíbrio certo entre a estabilidade e a solidariedade. Esta nova zona euro colocará um fim definitivo na instabilidade e na incerteza que se observam, especialmente na "periferia".
- d) Especial ênfase será dada à dimensão social da zona euro, como um dos pilares do seu maior aprofundamento. Pela primeira vez, a dimensão social da UEM será introduzida no Semestre Europeu de 2014.

Ao mesmo tempo, devemos trabalhar para reforçar uma estrutura institucional que garanta aos cidadãos da Europa transparência reforçada, responsabilização, domínio nacional e credibilidade. Esta dimensão é de particular importância como resposta à crise demográfica e fiscal do Estado social europeu.

3. Migração-Fronteiras-Mobilidade

A instabilidade que prevalece na periferia da Europa, em conjunto com a perseverança das razões geradoras que causam os fluxos migratórios para a União Europeia, afetam de modo incremental a pressão exercida sobre os Estados-Membros, num período de crise económica, quando todos os esforços e ações deveriam estar focados nas reformas para salvaguardar a estabilidade e a retoma do crescimento. O peso desta pressão recai, principalmente, nos Estados-Membros que estão localizados nas fronteiras externas da UE e em aqueles que já são fustigados pela recessão profunda e o elevado desemprego.

Neste contexto, a Presidência Grega centrará os seus esforços em destacar os aspetos positivos de uma gestão europeia global do fenómeno de migração ao serviço do crescimento e fará tudo para realçar todas as dimensões das Políticas de Migração e Mobilidade, com ações paralelas para reduzir o impacto da imigração ilegal na economia, na coesão social e na estabilidade política.

Nomeadamente:

Desde a sua criação em 2005, a Abordagem Global constitui o quadro de base para a política e ação da União no campo das relações externas em matéria de Imigração e Asilo. A renovada Abordagem Global para a migração e a mobilidade assenta em quatro prioridades operacionais: i) melhor organização da imigração legal e promoção da boa gestão da mobilidade, ii) prevenção e combate à imigração ilegal e eliminação do tráfico de seres humanos, iii) maximizar o impacto de crescimento da migração e da mobilidade e iv) promover a proteção internacional e reforçar a dimensão externa do asilo.

O desenvolvimento de um espaço de liberdade, segurança e justiça constitui, ao longo dos tempos, um dos principais objetivos da UE. Na Europa, atualmente assolada por múltiplos desafios, o reforço da política europeia comum em matéria de Justiça e Assuntos Internos, a qual se baseia na solidariedade genuína, na responsabilidade conjunta e na cooperação dos Estados-Membros, é necessário mais do que nunca.

4. Políticas Marítimas da UE

O mar constitui para a Grécia uma área de privilégio em termos de conhecimento e de ação, e uma fonte inesgotável de crescimento e prosperidade para toda a Europa.

A Grécia, país tradicionalmente marítimo, compreende e reconhece o grande potencial e as oportunidades para a economia global da UE decorrentes das atividades marítimas, sob condição de salvaguardar a sustentabilidade. Ao mesmo tempo, a Europa tem interesses estratégicos óbvios que justificam realçar e encarar problemas de segurança que dizem respeito à gestão das fronteiras marítimas da União.

Neste âmbito, a Grécia introduz uma temática horizontal que irá percorrer as três prioridades da Presidência, nomeadamente as Políticas Marítimas da UE.

A ideia central desta temática é relançar e redefinir a Política Marítima Europeia em todos os seus aspetos. Iremos construir com base no trabalho de presidências anteriores, e especialmente da Presidência Cipriota (Declaração de Limassol), procurando combiná-lo

com a dimensão da segurança que será abordada pela comunicação prevista da Comissão Europeia e do SEAE sobre a Estratégia Europeia para a Segurança Marítima.

O objetivo é adotar um texto sobre a Política/Estratégia Marítima no Conselho de Europa de Junho de 2014, dando ênfase a duas dimensões: segurança e crescimento, incluindo a energia.

Neste contexto, as ações que serão promovidas pela Presidência Grega são as seguintes:

1. Política Marítima Integrada (PMI) na «Agenda Marinha e Marítima para o Crescimento e o Emprego». A Presidência Grega procurará promover as iniciativas da Comissão Europeia, conforme apresentadas no «Crescimento Azul» (o contributo da PMI para a realização dos objetivos da Estratégia «Europa 2020»), na continuação da Declaração de Limassol (relançamento da PMI) e das Conclusões do CAG (Dezembro de 2012) neste setor («Agenda Marinha e Marítima para o Crescimento e o Emprego»). O esboço das conclusões sobre a PMI, que se espera ser adoptado em Junho de 2014, inclui referências a todos os assuntos relevantes, nomeadamente: energia azul, aquacultura, mapeamento do fundo do mar, exploração dos recursos minerais marinhos, biotecnologia azul e assuntos ambientais. Na seção das Conclusões é possível incluir, também, como prioridade, a dimensão da cooperação intersetorial e transfronteiriça no Mar, dando particular ênfase às ações para a promoção do Fórum Europeu de Serviços de Guarda Costeira dos Estados-Membros da UE (vide ponto n.º 6).

2. Ordenamento do Espaço Marítimo. A Presidência Grega terá um papel decisivo na Adoção da Diretiva proposta pela Comissão Europeia destinada a melhorar o planeamento das atividades marítimas e a gestão integrada das zonas costeiras dos Estados-Membros da UE.

3. Política de Transportes Marítimos da UE. Dada a importância do setor Marítimo na tentativa de recuperação da economia europeia e o seu contributo geral para a produção de riqueza na União, o nosso objetivo é atualizar a Estratégia da EU para o Transporte Marítimo, até ao ano de 2018, à luz dos desenvolvimentos internacionais recentes (crescimento das economias da Ásia, desenvolvimentos nos mercados marítimos, promoção do emprego nas atividades marítimas mais alargadas). Considerando o facto de que, com base nas Conclusões do Conselho de março de 2009, os Estados-Membros têm solicitado à Comissão uma avaliação intercalar até ao final de 2013, deverá ser dada ênfase ao acompanhamento das Conclusões do Conselho sobre a política marítima (Avaliação intercalar).

4. Estratégia Marítima da UE para o Mar Adriático e o Mar Jónico (EUSAIR). Em aplicação das Conclusões do Conselho Europeu de Dezembro de 2012, durante o qual foi decidida a elaboração da Estratégia Macro-regional Marítima da UE para a Área do Mar Adriático e do Mar Jónico, já se deu início às preparações da respetiva Estratégia. A Comissão deverá adotar e apresentar ao Conselho uma Comunicação e um Plano de Acção de Estratégia, na primavera de 2014. A Estratégia Macro-regional sobre o Mar Adriático e o Mar Jónico está integrada nas prioridades da Presidência Grega, que, neste contexto, vai realizar uma Conferência de Sócios para a sua promoção.

5. Estratégia Europeia de Segurança Marítima. Os preparativos para a Comunicação Conjunta da Comissão e da SEAE sobre os elementos de uma Estratégia Europeia para a Segurança Marítima estão em fase de conclusão (a sua apresentação é prevista para o início de 2014). A referida Comunicação Conjunta espera-se que irá tratar dos aspectos, tanto internos como externos, da segurança marítima europeia e promover soluções globais para enfrentar os desafios de interesse europeu no âmbito da segurança marítima. Neste contexto, todos os meios da UE e dos Estados-Membros deverão ser plenamente aproveitados e se deve procurar a sua respetiva coordenação. O objetivo final é a adopção da Estratégia Europeia de Segurança Marítima (EU Maritime Security Strategy) durante a Presidência Grega (Conselho Europeu de Junho de 2014).

6. Cooperação entre os Serviços de Guarda Costeira. O objetivo é a introdução do assunto em questão nas Conclusões do Conselho sobre a Política Marítima Integrada. Durante o Forum Europeu das Funções da Guarda Costeira de 2012-2013, aquando da Presidência Grega, as Conclusões adotadas pela 5ª Sessão Plenária realçaram a necessidade de ser melhorada a cooperação neste setor.

7. Turismo Marítimo e Costeiro. A Comissão Europeia está a preparar uma Comunicação sobre a elaboração de uma Estratégia Europeia para o Turismo Marítimo e Costeiro. A Presidência Grega irá promover todas as iniciativas nesta área mediante, entre outros, a organização de respetiva conferência de alto nível.

8. Migração por mar. Trata-se de um tema especialmente sensível devido à sua importância óbvia para a segurança europeia global. O objetivo é realçar o parâmetro em questão no âmbito, entre outros, da terceira prioridade da Presidência Grega (Migração, Fronteiras, Mobilidade).